

APRESENTAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Atualmente, muito se tem discutido a respeito de avaliação das várias etapas da educação básica no Brasil, em especial sobre a avaliação da aprendizagem e as avaliações de larga escala. Temos acompanhado as discussões nacionais sobre a importância da avaliação nessa etapa da educação e o uso das informações que elas geram, bem como as contribuições internacionais, de pesquisas avaliativas e, em especial, resultados de avaliações que comparam situações entre diferentes países. Em geral, o objetivo central dessas avaliações gira em torno do questionamento sobre as práticas educativas; se, de fato, têm repercussões positivas para os envolvidos, no sentido de fazer a diferença na trajetória de todos que hoje são considerados cidadãos de direito. A educação é um direito e a educação de qualidade, uma meta que qualifica esse direito.

Embora ainda haja debates sobre como elaborar, conduzir, discutir e executar tais avaliações, há, também, grandes controvérsias. Por outro lado, quando se identifica algum consenso nessa área, este seria sobre o objetivo da avaliação: o de trabalhar em direção a garantir boas condições educacionais para todos de maneira a transformar vulnerabilidade em oportunidades. Estamos em busca de melhores condições e/para melhores resultados, não somente educacionais, mas também em termos sociais e culturais. Isto é, dá-se a devida importância para as práticas culturais e sociais dos diferentes grupos com vistas à inclusão, que, por sua vez, oportunizará trajetórias de sucesso. Buscam-se, assim, melhores condições para as vivências e experiências educativas e melhor aproveitamento dessas oportunidades escolares, respeitando as especificidades de cada grupo social.

No campo da educação infantil (EI), apesar de a discussão ainda ser recente e de estar marcada por fortes influências da tradição da avaliação psicológica (de crianças), há uma proposta de avaliação diferenciada em relação às outras etapas da educação básica: quando se trata de sistema, pretende-se uma avaliação da oferta/condições da educação infantil, e não das crianças individualmente. Isso significa que o foco está nas condições da oferta, incluindo infraestrutura – física, recursos humanos e materiais – e práticas e projetos pedagógicos, além, é claro, da política. Dessa forma, a execução da política para educação infantil é, diretamente, o foco da atenção. De qualquer maneira, a intenção que parece permanecer é a de que a avaliação da educação infantil revele suas condições de oferta, seja ela privada, pública, conveniada ou filantrópica, de maneira a contribuir para o aprimoramento das políticas e, sobretudo, da prática sob a qual as crianças estão expostas diariamente. Há muita preocupação sobre o uso e formato de divulgação das informações e resultados das avaliações, e tenta-se, ao revelar os resultados, focalizar a promoção da melhoria da oferta, incentivando o desenvolvimento de melhores práticas educativas. Esse posicionamento sobre o uso das informações geradas pelos processos de avaliação está inspirado em resultados de pesquisas nacionais e internacionais recentes, que demonstram a influência de educação infantil de qualidade (conforme padrões e conceitos utilizados nos estudos) na trajetória escolar dos meninos e meninas, e na vida social e cultural. Essa perspectiva está descrita no documento redigido por uma comissão formada pelo Ministério da Educação (MEC) que refuta a avaliação de crianças baseada em testes e provas e apresenta proposta de avaliação de ambientes da educação infantil.¹

No âmbito das pesquisas, a discussão sobre a avaliação da educação infantil no Brasil tem se apresentado de diversas maneiras por diferentes grupos de pesquisa nacionais, muitas vezes influenciados por iniciativas internacionais. Há grupos que se focam na proposta da autoavaliação, dando maior ênfase a processos de reflexão sobre a prática individual das unidades desenvolvidos pela própria equipe, com o

¹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação*. Brasília: MEC, 2013.

envolvimento da comunidade e dos pais e, muitas vezes, das crianças também. Para isso, tem-se frequentemente utilizado os *Indicadores da Qualidade da Educação Infantil*, documento publicado pelo MEC em 2009. Há outros que, por meio de instrumentos quantitativos de avaliação, desenvolvem trabalhos e pesquisas de avaliação externa (em alguns casos, incluindo profissionais da própria rede pública implicada) com amplos debates sobre esse processo e os resultados com os profissionais em questão, da rede municipal, unidades e regionais. Há também propostas que misturam avaliação externa e autoavaliação com a intenção de disparar discussões entre os interessados sobre possíveis diferentes visões quando discorrem sobre uma mesma realidade. Embora essas propostas utilizem diferentes metodologias de trabalho, elas parecem ter em comum a preocupação com a inclusão, de alguma maneira, na gestão educacional, dos diferentes atores no processo e discussão da avaliação. Mesmo no caso da avaliação externa, percebe-se o esforço de incluir os profissionais desde as etapas de preparação para a coleta dos dados (conhecimento do instrumento, dos procedimentos e dos avaliadores), passando pelos processos de avaliação em si, até a discussão dos resultados, etapa esta crucial para gerar mudanças e melhorias das ofertas. Nessas oportunidades, enriquece-se o conhecimento de todos os envolvidos no processo de avaliação, oportunizando mudanças de atitudes e pensamento sobre a importância e a utilidade da avaliação nos contextos educativos.

Internacionalmente, temos visto propostas de avaliação dos governos que também incluem os profissionais das escolas durante os processos de desenvolvimento das ações, demonstrando respeito às diferentes práticas culturais e sociais encontradas nos países e aos grupos diversificados atendidos em termos de países de origem, língua, cultura etc. Há estudos que, por meio da avaliação das condições de oferta, investigam a relação entre essas condições e as trajetórias escolares das crianças, como o estudo longitudinal desenvolvido na Inglaterra entre 1997 e 2012.² Esses estudos pretendem lançar luz sobre as provisões, em especial quando se trata do atendimento de crianças em desvantagem social

2 SYLVA, K.; MELHUISE, E.; SAMMONS, P.; SIRAJ-BLATCHFORD, I.; TAGGART, B. *Early Childhood matters: Evidence from the Pre-school and Primary Education Project*. Londres: Routledge, 2010.

e econômica, portanto, regra geral, educativa também. Os estudos de avaliação da educação infantil, nacionais e internacionais, têm contribuído imensamente para a discussão sobre as práticas da educação infantil, incluindo implicações para o currículo, a orientação pedagógica, a formação de professores, as relações com os pais e comunidade, o impacto na trajetória escolar dos alunos e, muito oportunamente, as práticas democráticas dentro do âmbito escolar. Parece não mais haver espaço para práticas, sejam elas pedagógicas (e, portanto, sociais e culturais) ou de avaliação, que não abram oportunidades para que os envolvidos compreendam, se expressem e opinem sobre os caminhos que a educação segue e deve seguir, sobre as tomadas de decisões a respeito das políticas para educação, bem como para os processos de avaliação e monitoramento das práticas escolares.

Reconhecendo a importância, relevância e pertinência do tema para a atualidade, o grupo de Educação Infantil da Fundação Carlos Chagas (FCC) tem, desde 2009, desenvolvido projetos de pesquisa (que envolvem também, em alguns casos, intervenções) dentro da área da avaliação da educação infantil. Posicionou-se a favor da avaliação da educação infantil que contemple a observação das condições oferecidas para essa faixa etária – 0 a 5 anos –, que envolva as equipes das unidades (e redes municipais) nos processos de avaliação e de discussão, e que examine e/ou elabore cuidadosamente instrumentos de avaliação que melhor captariam as nuances da prática brasileira, respeitando as conquistas da área até aqui realizadas. Com o intuito de aprofundar essa discussão, desenvolvemos uma linha de seminários, desde 2010, que trazem a avaliação da educação infantil como tema central. Para isso, convidamos profissionais brasileiros e estrangeiros para compartilharem suas experiências, pesquisas e práticas que refletem as decisões políticas de seus países. Como resultado desses seminários, temos organizado publicações dos trabalhos apresentados em periódicos nacionais. Há artigos de nossa autoria publicados e de nossos parceiros brasileiros e estrangeiros – vide volumes dos periódicos *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas, e *Educação e Pesquisa*, da Universidade de São Paulo (USP), bem como os resumos

executivos e relatórios de pesquisa no *site* da FCC, disponíveis para a comunidade.

Dando continuidade a essas ações, apresentamos aqui um conjunto de artigos que tratam da avaliação e do monitoramento da educação infantil, cujos autores são alguns dos profissionais que participaram do *II Seminário Internacional de Avaliação da Educação Infantil: tendências e perspectivas*, ocorrido em novembro de 2013, em São Paulo. Tivemos convidados nacionais, tais como Paulo de M. Jannuzzi, atualmente Secretário de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que falou sobre avaliação e monitoramento de projetos sociais; Adriana Bauer, pesquisadora da FCC na área da Avaliação e docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, apresentando os princípios e pressupostos básicos da avaliação e do monitoramento de programas e políticas públicas, diferenciando as funções de cada etapa de avaliação; Catarina Moro e Gizele de Souza, ambas pesquisadoras e docentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná, discursando sobre a análise que elas têm feito da produção brasileira sobre a avaliação em educação infantil, revelando a natureza dessas publicações e as ênfases dadas a determinados aspectos da avaliação da educação infantil; e convidados internacionais, tais como Collette Tayler, pesquisadora e docente da Universidade de Melbourne, na Austrália, versando sobre o projeto australiano para o desenvolvimento do currículo da educação infantil e os processos de avaliação da educação infantil naquele país; Ferre Laevers, da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, discorrendo sobre a educação experiencial, de autoria de seu grupo de pesquisa e trabalho, que inclui uma proposta de avaliação sobre o engajamento das crianças com as atividades e ambiente oferecidos. Tivemos também a oportunidade de apresentar parte de nosso mais recente estudo, realizado em uma capital brasileira, cujo objetivo principal foi o de desenvolver um sistema de monitoramento das políticas e práticas da educação infantil a partir de um projeto de avaliação e de formação para os profissionais da rede. Maria Malta Campos, pesquisadora da Fundação Carlos

Chagas e docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, fechou o evento relatando sobre os avanços que o Brasil tem feito nos últimos anos no campo da avaliação da educação infantil, lembrando que muitos estudos (e esforços) na área já foram realizados no passado, conduzindo-nos ao cenário atual.

Maria Malta Campos enfatizou que, “em pouco mais de duas décadas, construiu-se um arcabouço legal e institucional para a educação infantil no Brasil, sendo que há, atualmente, muitos documentos orientadores que resultaram de iniciativas, mobilizações, discussões, pesquisas e experiências”. Ressaltou que é importante lembrar sempre que esse acervo registra a caminhada desde a Constituição Federal de 1988, e que, além disso, é importante contrastar o conteúdo desses documentos com a realidade do atendimento que existe hoje na educação infantil em nosso país. Apontou que, embora houvesse avanços nos marcos legais e das políticas, observa-se ainda uma distância entre o escrito e o praticado. Essa distância, segundo ela, “existe tanto no plano das políticas, nacionais e locais, quanto no plano das práticas cotidianas com as crianças pequenas em creches e pré-escolas”. Maria Malta também trouxe questões sobre as condições que a educação infantil enfrenta e nas quais opera.³

³ CAMPOS, Maria Malta. *Balanço dos debates e desafios*. São Paulo, 2013. PowerPoint.

Há que se considerar a história da educação infantil quando se trata de desenvolver mecanismos de avaliação da política e das práticas desse segmento, no entanto seria proveitoso ir além dos dados disponíveis na atualidade (como os do Censo Escolar). Para isso, conforme ponderação de Maria Malta Campos naquele evento, há que se dominar saberes, desenvolver as devidas competências para então adquirir atitudes que permitam uma participação informada e crítica nesses processos que cuidam de revelar e entender os caminhos da educação infantil no Brasil. Em suas várias formas e graus de abrangência e participação dos diversos protagonistas, a avaliação, defende Campos, “pode ser um dos meios para isso e, dependendo da filosofia que a orienta, a avaliação pode ser um instrumento formativo interessante para o trabalho pedagógico e para a gestão da educação”.⁴ Esse entendimento reforça a nossa ideia de que a avaliação e

⁴ Ibidem.

o monitoramento das políticas e práticas da educação infantil passam a fazer parte do debate que tem se expandido no país sobre educação de qualidade e constante necessidade de formação para os profissionais que atuam nas políticas, bem como nas unidades que atendem crianças de 0 e 5 anos.

Tendo dito isso, este volume pretende contribuir para o debate e apresenta cinco artigos que trazem implicações para o campo da avaliação da educação infantil. Três dos artigos, de caráter teórico, refletem sobre o lugar da avaliação das políticas públicas e a produção na área da educação infantil; dois apresentam o cenário em dois países, Bélgica e Austrália, versando respectivamente sobre uma possível avaliação de crianças e uma proposta de avaliação de sistema; e um que trata da etapa do processo de elaboração de um sistema de monitoramento de políticas e práticas da educação infantil.

O primeiro dos artigos, de autoria de Paulo de M. Jannuzzi, apresenta-nos uma interessante discussão sobre os processos da avaliação e do monitoramento de programas sociais a partir da ótica de quem os realiza e de quem são os responsáveis por subsidiar a gestão das políticas e dos programas. O autor atenta para o fato de que esses processos de avaliação e monitoramento atendem a demanda, posta pela própria política, de conhecimento do público-alvo de seus programas, de acompanhamento do seu desenvolvimento e ainda de seus resultados e impactos. Seu estudo demonstra tais abordagens para as áreas sociais, mas também abrange programas nas áreas da saúde, educação, trabalho e assistência social.

A seguir, o texto de Fabiana S. Fernandes, pesquisadora do grupo de pesquisa em educação infantil da Fundação Carlos Chagas, traz uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento de políticas públicas na qual, além de várias outras etapas, insere-se a avaliação educacional. O texto explica que a avaliação é parte do ciclo de geração de políticas contrastando três perspectivas do ciclo, além de contextualizar a educação infantil nesse campo das políticas.

O terceiro artigo, de autoria de Eliana Bhering e Beatriz de O. Abuchaim, descreve parte de um projeto de pesquisa e intervenção que, a partir da avaliação de unidades públicas de educação infantil de um município brasileiro (realizada

por profissionais da rede municipal e por pesquisadores), desenvolve uma sugestão de um conjunto de temas que deveriam ser considerados na elaboração de um sistema de monitoramento das políticas e práticas da educação infantil. Argumenta-se que um sistema de monitoramento das políticas e das práticas da EI deve incluir a participação dos vários níveis de gestão da rede municipal dessa etapa da educação básica.

Catarina Moro e Gizele de Souza, autoras do quarto artigo deste volume, apresentam o cenário das produções acadêmicas sobre a avaliação da educação infantil no Brasil entre os anos de 1997 e 2012. Com isso, mostram que a avaliação tem sido tema de discussão no Brasil nos últimos anos, mesmo que de forma ainda tímida na educação infantil. Revelam, também, que tais trabalhos demonstram os caminhos da avaliação no Brasil e o impacto dos desenvolvimentos no campo da EI. É interessante pontuar que as autoras mencionam o lugar da avaliação nos processos educativos, ressaltando que esta não pode ser desenvolvida isoladamente sem estar relacionada com os demais processos inerentes ao dia a dia da educação. Esse artigo contribui para o aprofundamento das questões em torno das formas e dos usos da avaliação a partir da reflexão sobre aquilo que se tem feito nesse campo.

No artigo de Collette Tayler, a autora apresenta o complexo sistema de avaliação da educação infantil implementado pelo governo australiano. O sistema educacional australiano sofreu grandes mudanças a partir de 2009, que estão sintetizadas em um conjunto de documentos regulatórios, intitulado *Estrutura Nacional de Qualidade* (National Quality Framework). Parte desse processo diz respeito à composição de um sistema nacional de avaliação da educação infantil. O texto aborda os procedimentos metodológicos realizados para a elaboração de um instrumento nacional de avaliação da educação infantil, intitulado *Padrão Nacional de Qualidade* (National Quality Standard). São apresentados resultados da aplicação desse instrumento, concluindo que muitas unidades ainda não atingiram o padrão de qualidade proposto. A autora argumenta, porém, que o fato de todas as unidades de educação infantil estarem sendo avaliadas tem servido

como um incentivo para que elas busquem melhorias em seu atendimento.

Ferre Laevers, autor do quinto artigo, descreve o desenvolvimento e a perspectiva da educação experiencial, argumentando que a criança precisa estar engajada naquilo que lhe é proposto para que ocorra aprendizagem. Ele apresenta conceitos relevantes, ressaltando a importância de se observarem processos. Na sua abordagem, o acompanhamento das crianças, feito geralmente pelo/a professor/a, utilizando uma escala elaborada por ele e sua equipe (Engagement and well being scale), traz implicações para a prática da educação infantil, pois, por meio da avaliação do engajamento das crianças com as atividades oferecidas pelos adultos ou iniciadas pelas próprias crianças, e seu bem-estar no ambiente onde estão inseridas, melhorias podem ser implementadas. Dessa maneira, a qualidade da educação infantil está diretamente vinculada à resposta dada pelas crianças frente ao que está disponível para elas, isto é, um nível baixo de engajamento nas atividades pode estar relacionado ao nível inadequado de desafios oferecidos. Essa é uma perspectiva de avaliação (e pode ser feita com o intuito de monitorar tanto as práticas quanto o desempenho das crianças) que serve também ao propósito pedagógico.

Os artigos apresentados neste volume refletem os objetivos dos *Seminários sobre Avaliação da Educação Infantil: tendências e perspectiva*, organizados pela Fundação Carlos Chagas: discutir e refletir sobre o desenvolvimento e o uso das avaliações na educação infantil. Dessa forma, pretende-se ampliar a discussão sobre os diversos níveis e formatos da avaliação, apresentando e discutindo as diferentes propostas de avaliação da EI, examinando as possibilidades e as necessidades de avaliação externa, interna e/ou autoavaliação nas diferentes situações em que a EI se encontra (em termos de sistemas e práticas das unidades, por exemplo), assim como o cuidadoso exame do uso de monitoramentos para acompanhar o desenvolvimento das práticas da educação infantil no país. É preciso, também, discernir entre o uso da avaliação, quando se trata de averiguar a implementação das políticas e do desenvolvimento das práticas nas instituições, e o seu uso

em estudos e pesquisas que visam, muitas vezes, a dirigir o nosso olhar para os benefícios da EI às crianças nas diversas situações em que elas se encontram (em casa ou na instituição). Faz-se necessário, ainda, discutir sobre os objetivos das avaliações e o uso das informações geradas em suas diversas formas, ampliando, assim, a capacidade de interpretação dos seus resultados, assunto que gera grandes tensões entre acadêmicos e profissionais em campo.

Essas tensões são inerentes ao processo de elaboração de políticas de avaliação, especialmente quando se trata de um país continental e marcado por injustiças sociais. A complexidade do assunto e da situação em questão torna, por vezes, a discussão mais morosa do que na verdade gostaríamos. No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que o que é preciso fazer para melhorar as condições de oferta para todas as crianças precisa ser feito o mais rapidamente possível. Somente dessa forma incluiremos os benefícios desse atendimento para o maior número possível de crianças e não somente para aquelas que irão se beneficiar das melhorias desse atendimento no futuro. As reflexões, as ações de avaliação e os processos de melhorias devem, idealmente, ser contínuos e, consecutivamente, realizados, impactando as políticas o mais imediata e efetivamente possível. Diante de resultados de pesquisa e intervenção que nos dizem que a educação infantil (em especial, a de qualidade) é importante para as crianças e suas famílias, tanto durante o período de sua frequência quanto para suas vidas (escolares) após essa etapa da educação básica, torna-se urgente que a avaliação seja parte desse serviço e política.

O debate continua *para que, como, por que, quando avaliar, o que fazer com a avaliação, quem envolver e como incluir os principais protagonistas da área* e, acima de tudo, *como transformar esses processos em processos formativos* são questões que estão colocadas e para as quais é necessário buscar respostas. Esperamos que este volume contribua para essa reflexão e para o desenvolvimento de ações importantes ao avanço da educação infantil. E que essa reflexão ocorra de maneira qualificada, elaborando e ajustando propostas de avaliação e monitoramento para cada nível/situação em questão e

na/para a gestão das políticas e práticas. Que as ações viabilizem de fato as melhorias, incluam os protagonistas dessa história e deem o exemplo daquilo que queremos com o que estamos em plena construção. Esperamos que os artigos aqui publicados desencadeiem inquietações no sentido de continuarmos desafiados para construir uma educação infantil de qualidade para todos. Boa leitura!

ELIANA BHERING

ebhering@fcc.org.br

BEATRIZ DE OLIVEIRA ABUCHAIM

babuchaim@fcc.org.br